

PROCESSO Nº: 40 / 2022

Processo: 40 / 2022

Data de entrada: 29 de Abril de 2022

Autor: Chefe do Executivo

Ementa: VETO INTEGRAL ao Projeto de Lei nº 134/2015, de autoria do ex-vereador Cabo Jooás, que "Autoriza o município de Natal à implantação e manutenção do programa Defesa Civil na Escola 'Conhecer para Prevenir', em todas as instituições de ensino no âmbito do município de Natal, e dá outras providências",[...]

Despacho Inicial:

NORMA JURIDICA

‘

’

08.456.899/0001-68

CÂMARA MUNICIPAL DE NATAL

Rua Jundiá, 546 - Tirol

CEP: 59.020-120

NATAL - RN



PREFEITURA DO
NATAL

CAM - PROCESSO

40/2022

02/4

CÂMARA MUNICIPAL DO NATAL

Palácio Padre Miguelinho

Gabinete da Presidência

Recebido em, 29/04/2022

Hora: 09:40

[Handwritten signature]

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

MENSAGEM Nº. 051/2022

AO SETOR LEGISLATIVO

Em, 29/04/2022

[Handwritten signature]

Flávio Fonseca de Assis
Chefe de Gabinete da Presidência

A Sua Excelência o Senhor
PAULO EDUARDO DA COSTA FREIRE
Presidente da Câmara Municipal de Natal

Em 28 de abril de 2022.

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do parágrafo 1.º do art. 43 da Lei Orgânica do Município de Natal, decidi vetar integralmente o **Projeto de Lei n.º 134/2015**, de autoria do ex-Vereador Cabo Jeoás, aprovado na sessão plenária realizada no dia **17 de março de 2022** e recebido pelo Gabinete Civil desta Municipalidade na data de **07 de abril de 2022**, em que **"Autoriza o Município de Natal à implantação e manutenção do programa Defesa Civil na Escola "conhecer para prevenir", em todas as instituições de ensino no âmbito do município de Natal, e dá outras providências"**, dada forma das **RAZÕES DE VETO INTEGRAL**, adiante explicitadas.

RAZÕES DE VETO INTEGRAL

Da análise de seu teor, verifica-se que o presente Projeto de Lei busca editar lei com o objetivo de atribuir ao Poder Público obrigações relativas ao programa envolvendo a Defesa

PALÁCIO FELIPE CAMARÃO

Rua Ulisses Caldas nº. 81, Cidade Alta, Natal-RN, CEP 59.025-090.

Telefone: (84) 3232-8984 Website: <http://www.natal-rn.gov.br>

2

3



PREFEITURA DO NATAL

CMN - PROCESSO
Nº 40/2022
FOLHA: 032

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

Civil nas escolas municipais, de modo a atribuir funções à Secretarias Municipais de modo indevido.

Como é cediço, a iniciativa de projetos de lei que disponham sobre organização e funcionamento da Administração Pública Municipal, no que concerne ao planejamento e promoção de serviço público municipal, e ainda de dispor sobre o ensino público, é de competência do Poder Executivo Municipal, bem como versa o art. 55, incisos VI, XI e XXIV da Lei Orgânica do Município:

Art. 55. Compete privativamente ao Prefeito:

VI - dispor sobre a organização e funcionamento da administração municipal, na forma da Lei;

XI - planejar e promover execução de serviço público municipal.

XXIV - providenciar sobre o ensino público

Desta forma, demonstra-se a inconstitucionalidade formal do projeto de lei em cerne, visto que se vislumbra violação quanto ao princípio da separação de poderes, cláusula pétrea prevista no art. 60, §4º, inciso III, da Constituição Federal. Ademais, a proposição normativa intenciona o aumento de despesas sem a devida autorização constitucional, conforme preleciona o art. 166, § 3º, CF, no mesmo sentido de entendimentos firmados pelo Supremo Tribunal Federal e pelo Superior Tribunal de Justiça, bem como se observa, *in verbis*:

"Ementa: Processo constitucional. Ação direta de inconstitucionalidade. Lei de iniciativa do Executivo. Emenda parlamentar que provoca aumento de despesa. Inconstitucionalidade. 1. Os dispositivos impugnados, introduzidos por emenda parlamentar em lei de iniciativa do Chefe do Poder Executivo, introduziram aumento da despesa prevista sem pertencerem aos casos em que há autorização constitucional para fazê-lo. 2. Ação direta com declaração de procedência do pedido.

(ADI 2810, Relator(a), Min. ROBERTO BARROSO, Tribunal Pleno, julgado em 20/04/2016, ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-093 DIVULG 09-05-2016 PUBLIC 10-05-2016)

PALÁCIO FELIPE CAMARÃO

Rua Ulisses Caldas nº. 81, Cidade Alta, Natal-RN, CEP 59.025-090.
Telefone: (84) 3232-8984. Website: <http://www.natal.rn.gov.br>

)

)



PREFEITURA DO NATAL

CMN - PROCESSO
Nº 40/2022
FOLHA: 044

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO N. 3/STJ. GRATIFICAÇÃO PELA ATUAÇÃO NA ÁREA DE EDUCAÇÃO. CONCESSÃO DE TUTELA DE URGÊNCIA. INEXISTÊNCIA DE FUMAÇA DO BOM DIREITO E DO PERIGO NA DEMORA. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO. 1. A eventual reforma do acórdão a quo repercutiria na esfera patrimonial dos servidores, porém, não se observa que o sustento dos recorrentes está em risco. 2. O acórdão a quo se encontra com fundamentação coerente e fixada em premissas jurisdicionais declaradas pelo Supremo Tribunal Federal que determinam a inconstitucionalidade do pagamento da gratificação de 50% visada pelos recorrentes. Isso porque o STF, no julgamento do RE n. 745.811/PA, em repercussão geral, declarou que "São formalmente inconstitucionais emendas parlamentares que impliquem aumento de despesa em projeto de lei de iniciativa reservada do Chefe do Poder Executivo". Portanto, não se visualiza a presença de fumaça de um direito líquido e certo. 3. Agravo interno não provido. (STJ - AgInt no RMS: 57532 PA 2018/0113234-4, Relator: Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, Data de Julgamento: 16/08/2018, T2 - SEGUNDA TURMA, Data de Publicação: DJe 21/08/2018)

(grifos nossos)

Ademais, não foi observada a existência de dotação orçamentária para a realização do feito, com a devida indicação da fonte de custeio que irá suportar a despesa, a fim de se preservar a transparência e o equilíbrio das contas públicas, além de haver impacto financeiro negativo para esta municipalidade, entrando em acordo com a EC 95/2016, a PEC do Teto de Gastos, especificamente com seu art. 113.

A despesa pública suportada pelo ente concessor do benefício deverá ser amparada por recursos orçamentários específicos, observados os ditames dos art. 16 e 17, da Lei de Responsabilidade Fiscal, conforme vemos:

Art. 16. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de:



PREFEITURA DO
NATAL

CMN / PROCESSO
Nº 40/2092
FOLHA 098

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

I - estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes;

II - declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.

Art. 17. Considera-se obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.

§ 1º Os atos que criarem ou aumentarem despesa de que trata o caput deverão ser instruídos com a estimativa prevista no inciso I do art. 16 e demonstrar a origem dos recursos para seu custeio.

§ 2º Para efeito do atendimento do § 1º, o ato será acompanhado de comprovação de que a despesa criada ou aumentada não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo referido no § 1º do art. 4º, devendo seus efeitos financeiros, nos períodos seguintes, ser compensados pelo aumento permanente de receita ou pela redução permanente de despesa.

Cabe ainda frisar que, no âmbito municipal, já existem programas de conscientização, prevenção e enfrentamento em situações de emergência que envolvem a Defesa Civil nas escolas, inclusive com aulas de campo.

Deste modo, pelas razões acima expostas, Senhor Presidente e Senhores Vereadores,
VETO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 134/2015.

Atenciosamente,


ALVARO COSTA DIAS

Prefeito

C

J



**CÂMARA
MUNICIPAL
DE NATAL**

TRABALHANDO PELO BEM DA NOSSA CIDADE

DESPACHO

Considerando a leitura da presente proposição de n.º 40/22 na data de hoje, encaminho os autos à Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final para análise e emissão de parecer no prazo de _____ dias, por se encontrar no regime de tramitação _____, nos termos do artigo 52, _____, do Regimento Interno desta casa legislativa.

Natal/RN, 03 de MAIO de 2022.



PRESIDENTE


PARECER

Após a devida análise, salvo melhor juízo, entende esta Procuradoria Legislativa que a presente proposição deve tramitar nas comissões de:

- ☒ Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final
- ☐ Comissão de Finanças, Orçamento, Controle e Fiscalização
- ☐ Comissão de Planejamento Urbano, Meio Ambiente e Habitação
- ☐ Comissão de Saúde, Previdência e de Assistência Social
- ☐ Comissão de Defesa do Consumidor
- ☐ Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência e Mobilidade Reduzida
- ☐ Comissão de Ética Parlamentar
- ☐ Comissão de Indústria, Turismo, Comércio e Empreendedorismo
- ☐ Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Mulheres, Idosos, Trabalho e Igualdade
- ☐ Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Inovação.
- ☐ Comissão de Transportes, Legislação Participativa e Assuntos Metropolitanos
- ☐ Comissão de Desporto e Qualidade de Vida

O presente parecer é opinativo, cabendo à Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final a decisão final sobre o seu trâmite, nos termos do Ato 03/17.

Natal/RN, 03 de MAIO de 2022.



LEONARDO SCHERMA NEPOMUCENO
PROCURADOR LEGISLATIVO
MAT. 5397472

1

2

3

PROJETO DE LEI N.º 00134/15

CMN - PROCESSO
Nº 40/2072
FOLHA 04

Ofício N.º 46/22
EM 30/03/22

INTERESSADO

VER. CABO JEOÁS

Nuno Lenc

ASSUNTO

Autoriza o Município de Natal a implantação e manutenção do Programa Defesa Civil na Escola "Conhecer para Prevenir" em todas as instituições de ensino no âmbito do Município de Natal, e dá outras providências.

MOVIMENTAÇÃO

DATA	ÓRGÃO	RUBRICA
15/09/2015	Setor Legislativo	
15/09/2015	Comissão de Legislação	<i>[Assinatura]</i>

CÂMARA MUNICIPAL

C.N.P.J. 08.456.897/00



2

3



Projeto de Lei
Nº 134/15
Data: 01

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CÂMARA MUNICIPAL DO NATAL
Gabinete do Vereador Cabo Joás – PCdoB

CMN - PROCESSO
Nº 402022
FOLHA: 0876

PROJETO DE LEI N.º 134/2015, DE 01 DE AGOSTO DE 2015.

“Autoriza o Município de Natal à implantação e manutenção do programa defesa civil na escola “conhecer para prevenir”, em todas as instituições de ensino no âmbito do Município de Natal, e dá outras providências.”

O PREFEITO MUNICIPAL DO NATAL

Faço saber que a Câmara Municipal do Natal, capital do Estado do Rio Grande do Norte, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Município de Natal autorizado, na forma estabelecida nesta Lei, a implantação do Programa Defesa Civil na escola, “conhecer para prevenir”, nas instituições de ensino no âmbito do município de Natal, a ser coordenado, gerenciado e articulado pela Coordenadoria Municipal de Defesa Civil e realizado em ação conjunta com a Secretária de Defesa Social do Município de Natal - SEMDES, e com a Secretaria de Educação - SME, dentre outras interessadas, priorizando as unidades de ensino público localizadas em áreas de risco em Natal.

Art. 2º O Programa Defesa Civil na Escola, “conhecer para prevenir”, se destina a preparar a comunidade escolar das instituições de ensino no âmbito do município de Natal para o enfrentamento de situações de emergência, incluído no currículo e calendário escolar aulas e capacitações em temas afetos ao referido programa, com o objetivo de promover a mudança cultural por meio da educação, reduzir e minimizar o número de incidentes e riscos de desastres, bem como de vítimas e danos nestas situações de crise. Além de fomentar a cultura de prevenção e responsabilidade social e coletiva de cada indivíduo.



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

CÂMARA MUNICIPAL DO NATAL

Gabinete do Vereador Cabo Jooás – PCdoB

Parágrafo Único - As medidas previstas no caput deste artigo poderão ser adotadas com a colaboração de entidades públicas ou privadas e da sociedade em geral.

Art. 3º O Programa Defesa Civil na Escola – “conhecer para prevenir” tem por objetivos:

- I - difundir informações e técnicas que possibilitem a prevenção dos acidentes e atuação quando dos eventos naturais, humanos e mistos;
- II - divulgação de técnicas de prevenção e segurança coletiva preparando as pessoas para comportamentos adequados e preventivos no enfrentamento de desastres, sendo este um dos principais problemas que a Proteção e Defesa Civil enfrenta diariamente;
- III - incentivar que temas afetos a Proteção e Defesa Civil sejam divulgadas desde a Educação infantil até o Ensino Superior, oportunizando a construção desse conhecimento e a consequente mudança cultural focada na prevenção, minimização e gestão de riscos e desastres;
- IV - Promover a mudança cultural, para que toda a população tenha conhecimento das orientações preventivas a Proteção e Defesa Civil, promovendo, definindo e reconhecendo alertas e alarmes;
- V - adequação dos procedimentos e nomenclaturas inerentes a Proteção e Defesa Civil, objetivando atender a Lei Federal nº 12.608, 10 de abril de 2012.

CAPÍTULO II
AÇÕES DO PROGRAMA

Art. 4º O Programa de que trata esta Lei desenvolverá ações que visam:

- I - Prestar orientações educativas voltadas à prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação em proteção à comunidade local, frente a quaisquer incidentes ou desastres que venha a enfrentar;
- II - Preparar os funcionários dos estabelecimentos de ensino em âmbito municipal, para garantir o enfrentamento de crises de forma capacitada e ordenada nos ambientes educacionais abrangidos por esta legislação;



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CÂMARA MUNICIPAL DO NATAL
Gabinete do Vereador Cabo Jeoás – PCdoB

CMN - PROCESSO
Nº 40/2022
FOLHA 09/6

III - oportunizar o acesso aos fundamentos da doutrina da Proteção e Defesa Civil por meio de atividades pedagógicas coordenadas pela Coordenadoria Municipal de Defesa Civil de Natal, e realizadas em ação conjunta com o Sistema Municipal de Proteção e Defesa Civil de Curitiba, disseminando os princípios de segurança nos estabelecimentos de ensino em Natal, estendido aos mais diversos ambientes, tais como residências, ruas, parques, shoppings e outros locais de concentração de pessoas;

IV - assessoramento à implementação de Planos de Preparação para Emergências Locais, nos estabelecimentos de ensino em Natal;

V - integrar às atividades do Programa Defesa Civil na Escola, "conhecer para prevenir", os demais programas de Defesa Civil, aos Conselhos Municipais de Educação e da Defesa Civil, e a sociedade.

CAPÍTULO III
DA COORDENAÇÃO E EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Art. 5º A coordenação e execução do Programa Defesa Civil na Escola, "conhecer para prevenir", será realizada por representantes da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil do Município de Natal - COMPDEC, Secretarias Municipais da Defesa Social e da Educação, assim organizados:

I - Grupo Gestor;

II - Equipe Gestora Regional;

III - Equipes de Brigada de Emergência Local;

§ 1º O função de Coordenador do Programa Defesa Civil na Escola, "conhecer para prevenir", será exercida por servidor público ocupante do mesmo cargo de Coordenador de Proteção e Defesa Civil do Município de Natal, e demais representantes designados por cada uma das Secretarias responsáveis pelo Programa.

§ 2º As demais disposições e normas de funcionamento do Programa serão regulamentadas por Decreto.

1

2



Ofício - Protocolo do Lei
Número: 134/15
Data: 05

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CÂMARA MUNICIPAL DO NATAL
Gabinete do Vereador Cabo Jooás – PCdoB
CAPÍTULO IV
GLOSSÁRIO

CMN - PROCESSO
Nº 40/2022
FOLHA: 104

Art. 6º Para os fins desta lei, baseada na Política Nacional de Proteção e Defesa Civil, expressa na Lei Federal nº 12.608, de 10 de abril de 2012, do Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil - CONPDEC, e no Decreto Federal nº 7.257, de 4 de Agosto de 2010, entenda-se como:

I - Defesa Civil: conjunto de ações preventivas, de socorro, assistenciais e recuperativas destinadas a evitar desastres e minimizar seus impactos para a população e restabelecer a normalidade social;

II - desastre: resultado de eventos adversos, naturais ou provocados pelo homem sobre um ecossistema vulnerável, causando danos humanos, materiais ou ambientais e consequentes prejuízos econômicos e sociais;

III – Áreas de risco: área passível de ser atingida por processos naturais e/ou antrópicos que causem efeitos adversos, situada em vertentes e em torno destas, áreas suscetíveis de inundação e/ou alagamento, baixios topográficos, faixas de domínio de linhas ferroviárias, faixas de servidão de linhas de transmissão de energia elétrica de alta tensão, áreas sobre linhas de canalização de gás, flancos dunares e adjacências, encostas e áreas de instabilidade sujeitas a desabamentos e/ou soterramentos.

IV - Planos de Preparação de Emergência Local (PPEL): ações criadas e promovidas pela Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil do Município de Natal e promovem o envolvimento entre os entes públicos, iniciativa privada e a comunidade no planejamento conjunto e na execução coordenada de medidas locais de prevenção, preparação, resposta e recuperação frente às diferentes hipóteses de ocorrência de incidentes e desastres, com vistas à preservação de vidas, do meio ambiente e do patrimônio em geral.

CAPÍTULO V
DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 7º A COMPDEC NATAL manterá estreito intercâmbio com os órgãos congêneres federais, estaduais e municipais, públicos e privados, objetivando receber e fornecer subsídios técnicos relativos à proteção e defesa civil para o programa.

4



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

CÂMARA MUNICIPAL DO NATAL

Gabinete do Vereador Cabo Jéoás – PCdoB

Art. 8º Os titulares das funções previstas nesta lei deverão indicar suplentes para responderem por suas atividades em casos de ausência ou impedimentos.

Parágrafo Único - Nos casos de impedimento definitivo, ou desligamento da estrutura, o suplente assumirá a função do respectivo titular até habilitação de novo representante.

Art. 9º Os servidores que compõem o Grupo Gestor e a Equipe Gestora Regional, exercerão as atividades definidas nesta lei, sem prejuízo das funções que ocupam originalmente em seus locais de trabalho, salvo necessidade comprovada e por determinação do titular das Secretarias.

Parágrafo Único - A colaboração dos servidores que compõem o Grupo Gestor e a Equipe Gestora Regional será considerada como prestação de serviço relevante e registrada na ficha funcional do servidor.

Art. 10 As pessoas jurídicas ou físicas que decidirem prestar serviço voluntário ao programa, deverão firmar o respectivo termo de adesão específico, em consonância com a Lei Federal nº 9.608, de 18 de fevereiro de 1998.

Art. 11 Fica instituído o símbolo do Programa Defesa Civil na Escola, conhecer para prevenir, a ser empregado em seus documentos e em todas as suas ações, conforme descrição no Anexo I desta lei.

Parágrafo Único - O símbolo do Programa Defesa Civil na Escola, "conhecer para prevenir", somente poderá ser utilizado por terceiros mediante autorização expressa da Coordenação do programa.

Art. 12 Esta lei será regulamentada no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contado da data de sua publicação.

Art. 13 Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões em Natal/RN, _____ de _____ de 2015.



CABO JEÓAS – PCdoB
VEREADOR AUTOR

5



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CÂMARA MUNICIPAL DO NATAL
Gabinete do Vereador Cabo Jeoás – PCdoB

CMN - PROCESSO
Nº 40/2027
FOLHA: 06

JUSTIFICATIVA

O Município de Natal, como qualquer outra grande cidade, possui muitos problemas em áreas de risco, de interesse social, de preservação e proteção ambiental, ocupados por população venerável e em muitos casos sem informação e esclarecimentos necessários para preservação, sustentabilidade social, convivência e enfrentamento aos riscos.

O Plano Municipal de Redução de Riscos (PMRR) do Município de Natal (2008), embora desatualizado, apresenta o registro de 74 (setenta e quatro) áreas de risco nas quatro regiões administrativas da cidade. O Estudo foi realizado em 2008 para identificar as áreas de risco com objetivo de promover a prevenção de desastres socioambientais e indicar as intervenções necessárias para reversão do risco através de medidas preventivas e reativas para a sensibilização social de gerenciamento e convivência com os riscos. O PMRR registrou aproximadamente nove mil edificações que ocupam os 31 setores com índice de riscos calculado em alto e muito alto, associados a deslizamentos, quedas de barreiras, alagamentos pluviais, inundações, carregamento de entulho e lixo não sujeito a coleta regular da Prefeitura, ocupação irregular de faixas de domínio e de áreas de proteção/preservação ambiental.

Mesmo com o estudo e indicações de intervenções, desde 2008, poucas ações foram realizadas e a população continua convivendo com os riscos como por exemplo nas comunidades do Passo da Pátria, Jacó e Mãe Luiza, esta última por sinal, mesmo não constando no estudo, em 2014, sofreu um processo de deslizamento de massas, gerando estado de calamidade pública em razão do desastre e graças ao trabalho preventivo da Defesa Civil Municipal não houveram vítimas fatais.

Desta feita, destacamos a importância deste projeto de Lei que cumpre papel de educação e mobilização social para sensibilizar as comunidades escolares de sua responsabilidade social e coletiva para prevenção e convivência com os riscos.

O Programa Defesa Civil nas Escolas "conhecer para prevenir" se propõe a desenvolver ações no ambiente escolar junto aos alunos e professores, reconhecendo os riscos vivenciados por eles, como também mobilizar e



Projeto de Lei
Número 134/15
Data 04

CMN - PROCESSO
Nº 40/2072
FOLHA 114

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

CÂMARA MUNICIPAL DO NATAL

Gabinete do Vereador Cabo Jéoás – PCdoB

envolver a população para prestar orientações educativas voltadas à prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação em casos de desastres.

Sendo assim, ante ao exposto, considerando o interesse público da qual esta revestida a medida, conto com o apoio dos nobres pares na aprovação do presente projeto.

Natal/RN, _____ de _____ de 2015.


CABO JEÓAS – PCdoB
Vereador Autor

CÂMARA MUNICIPAL DO NATAL
LIDO NO EXPEDIENTE. As Comissões de:

Ver. Sr. Fernando, Presidente

Em 25 de Setembro de 2015

PRESIDENTE

CMN - Projeto de Lei
nº 134/15
Folha 08

CMN - PROCESSO
Nº 40/2015
FOLHA 124

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA
E REDAÇÃO FINAL

Designa o Vereador Aracá

para emitir parecer no prazo regimental de
08 (oito) dias

Em 21 de setembro de 2015

Ver. Felipe Alves
PRESIDENTE



CÂMARA MUNICIPAL DO NATAL
COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL

Ref.

Projeto de Lei nº 0134/2015

Interessado(a): Vereador Cabo Jeoás

PARECER

Tratam-se os presentes autos acerca da análise do Projeto de Lei nº 0134/2015, de autoria do Vereador Cabo Jeoás, o qual *"Autoriza o Município de Natal a implantação e manutenção do Programa Defesa Civil na Escola "Conhecer para Prevenir" em todas as instituições de ensino no âmbito do Município de Natal e dá outras providências"*.


Remetida a proposta à Câmara Municipal do Natal, os autos vieram a esta Comissão de Legislação Justiça e Redação Final, nos termos do art. 55 do Regimento Interno desta Casa, para análise dos aspectos constitucional, legal, jurídico, regimental, de técnica legislativa e correção de linguagem da proposição (art. 62 do RI).

É o relatório processual.

A primeira vista não se percebe qualquer inconveniente na proposta, estando de acordo com os arts. 21 c/c art. 39, ambos da Lei Orgânica do Município.

Ante o exposto, opino pela aprovação integral da propositura.

É o parecer.


FELIPE ALVES
Vereador

CÂMARA MUNICIPAL DE NATAL
PALÁCIO PADRE MIGUELINHO

CMN - PROCESSO
Nº 40/2092
FOLHA: 884

DESPACHO
Designo o(a) vereador(a) Araceli para nos termos do artigo 62 e seguintes e artigo 143 e seguintes do Regimento Interno da Câmara Municipal de Natal, emitir parecer a presente proposição legislativa.
Natal, RN 21/09/2015.

~~Ver Felipe Alves~~
~~Presidente~~

[illegible]

Nº 134/15

Autor: Vereador(a) Roberto José

Relator: Vereador(a) Felipe Alves

VOTO DO RELATOR:

Sala das Comissões, em: 16 de novembro de 2015.

Vereador Felipe Alves
Presidente

☒ Favorável ao Parecer
☐ Contrário ao Parecer
☐ Abstenção

Vereador Adão Eridan
Vice-Presidente

☒ Favorável ao Parecer
☐ Contrário ao Parecer
☐ Abstenção

Vereador Aquino Neto
Membro

() Favorável ao Parecer
() Contrário ao Parecer
() Abstenção

Vereador Klaus Araújo
Membro

() Favorável ao Parecer
() Contrário ao Parecer
() Abstenção

Vereador Eudiane Macedo
Membro

(X) Favorável ao Parecer
() Contrário ao Parecer
() Abstenção

2

3

Projeto de Lei
Número. 134/15
Folha. 13 de 21

CMN - PROCESSO
Nº 40/2022
FOLHA: 1454

DEPARTAMENTO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO,
CONTROLE E FISCALIZAÇÃO
Assina o Vereador Dinarte Torres

para emitir parecer no prazo regimental de 15 (quinze) dias.

Em, 24/06/18

Dinarte Torres
Ver. Dinarte Torres
Presidente

CMN - PROCESSO
Nº 40/7092
FOLHA: 11

COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E FISCALIZAÇÃO
Designa o Vereador <u>Indicou Antonio</u>
para emitir parecer no prazo regimental de 08 (oito) dias
Em <u>23</u> de <u>novembro</u> de <u>15</u>

Ver. Ubaldino Fernandes
PRESIDENTE



Câmara Municipal de Natal
Rua da República, 100 - Centro - Natal - RN

CÂMARA MUNICIPAL DE NATAL
GABINETE DO VEREADOR MARCOS ANTÔNIO

CAS/ PROCESSO
140/2022
154

Projeto de Lei nº 00134/15

Interessado: Cabo Jeoás.

Relatório

Versam os presentes autos sobre a propositura do Excelentíssimo senhor Edil supracitado, a fim de que seja aprovado projeto de lei que autoriza o Município de Natal a implantação e manutenção do Programa Defesa Civil na Escola "Conhecer para Prevenir" em todas as instituições de ensino no no Município de Natal-RN e dá outras providências.

É o que importa relatar.

Parecer

A proposição supracitada foi distribuída a Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização, da qual sou membro, para receber parecer quanto aos aspectos Financeiros e Orçamentários, conforme preceitua o art. 63, I do Regimento Interno deste Poder Legislativo.

Assim, após uma análise minuciosa, nos resta claro que o Projeto de Lei em tela não implica em criação ou aumento de despesa para o Município, razão pela qual opina este vereador, **favoravelmente** pela admissibilidade do presente projeto.

Natal, 19 de dezembro de 2016.

Marcos Antônio -PSOL

Vereador

✓

✓



Projeto de Lei
Número: 134/15
Fls.: 14

**PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL
CÂMARA MUNICIPAL DO NATAL
COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO**

I - PREÂMBULO:

Objeto: Parecer ao Projeto de Lei Nº 134/2015.

Autor: Ex-vereador Cabo Jeóas (PCdoB), subscrito Pela Verª. Nina Sousa

Relator: Vereador Dinarte Torres (PMB).

CMN - PROCESSO
Nº 40/2022
FOLHA: 16/16

II - EMENTA:

Autoriza o Município de Natal a implantação e manutenção do Programa Defesa Civil na Escola "Conhecer para Prevenir" em todas as instituições de ensino no âmbito do Município de Natal, e dá outras providências.

III - DESCRIÇÃO:

O Projeto de Lei Nº 134/2015, que ora tramita nesta Casa Legislativa por interesse público do Ex-vereador Cabo Jeóas, subscrito pela Vereadora Nina Souza baixou à Comissão de Finanças, Orçamento, Controle e Fiscalização, estando sob a incumbência deste Relator, ora signatário, para a emissão de Parecer, notadamente sob os prismas constitucional, legal, regimental e técnico-formal.

Do exame dos autos, constatasse que o processo está instruído sob a seguinte forma:

- a) Projeto de Lei e justificativa às fls. 01/02/03/04/05/06/07;
- b) Lido expediente à fl. 08;
- c) Despacho a comissão de justiça o tramite legal à fl. 08;
- d) Parecer da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final às fls. 09/10;
- e) Adiante encaminhado ao vereador Dinarte Torres para relatar a matéria na Comissão de Finanças, Orçamento, Controle e Fiscalização à fl. 13.

Em brevíário, a proposição em tela visa autorizar implantação e manutenção do Programa Defesa Civil na Escola "Conhecer para Prevenir" em todas as instituições de ensino no âmbito do Município de Natal, e dá outras providências.

Estabelece ainda, ações de orientações de maneira preventivas, para amenizar riscos de desastres promovendo assim uma maior proteção para população.



**PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL
CÂMARA MUNICIPAL DO NATAL
COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO**

Em sua justificativa, o Senhor Ex-vereador autor aponta os Marcos Regulatórios da Política em Defesa da população, a fim de embasar a importância de sua proposição.

É o que importa relatar.

IV - FUNDAMENTAÇÃO:

De início, como sói acontecer, clarificamos que a presente fundamentação está alicerçada nas competências desta Comissão, no que explicita o Regimento Interno da Câmara Municipal do Natal (RICMN), *verbis*:

“Art. 64. A Comissão de Finanças, Orçamento, Controle e Fiscalização tem as seguintes atribuições e áreas de atividades: I - aspectos financeiros e orçamentários de quaisquer proposições, quanto à sua compatibilidade com o Plano Plurianual de Investimentos, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e o Orçamento Anual e quanto à sua adequação a eles; (...)”

Abramos, pois, pela apuração da coadunabilidade da presente proposição com a Lei 6.674, de 01 de agosto de 2017, que dispõe sobre o Plano Plurianual para o quadriênio 2018-2021, e dá outras providências, temos:

“CAPÍTULO I - DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DO PLANO - Art. 1º - Esta Lei institui o Plano Plurianual para o quadriênio 2018-2021, em cumprimento ao disposto no art. 93 da Lei Orgânica do Município. Parágrafo único. Integra o Plano Plurianual o seguinte anexo: I – Anexo I – Eixos, Programas e Ações - Listagem dos Programas por órgão, indicando o objetivo, o público alvo, o valor e as ações com suas respectivas metas para o período. (...)”

Pois bem. Constata-se, que a presente matéria atende ao Programa Reafirmando Direitos, bem como, ao Eixo Desenvolvimento Humano, Cidadania e Participação Social.



CMN - PROCESSO - Projeto
Nº 134/2015
FOLHA 16

**PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL
CÂMARA MUNICIPAL DO NATAL
COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO**

Observo ainda que, o presente Projeto de Lei não descumpri a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF), por conseguinte, não se constata vícios legais na presente proposta, permitindo-se o trâmite legal.

V - DISPOSITIVO:

Ante o exposto, emito parecer pela **APROVAÇÃO TOTAL** ao Projeto de Lei n.º 134/2015, de autoria do Ex-vereador Cabo Jeóas, subscrito pela Vereadora Nina Souza do PDT.

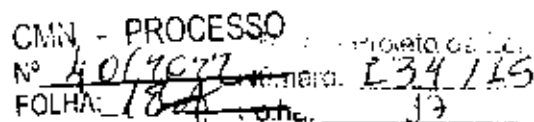
Submetem-se as considerações esposadas à apreciação aos demais membros da Comissão de Finanças, Orçamento, Controle e Fiscalização.

Sala das Comissões, 02 de agosto de 2019.


DINARTE TORRES
Vereador Relator

2

3



() Favorável ao Parecer
() Contrário ao Parecer
() Abstenção

CMN - PROCESSO
Nº 4012028
FOLHA: 184



Câmara Municipal do Natal
A casa do povo. A sua casa.

CMN - Projeto de Lei
Vereador 134/15
19

VEREADOR
**SUELDO
MEDEIROS**

CÂMARA MUNICIPAL DO NATAL
GABINETE DO VEREADOR SUELDO MEDEIROS

**Comissão de Educação, Cultura, Desporto, Ciência, Tecnologia e
Inovação**

Objeto: Projeto de Lei nº 134/2015

Interessado: Vereador Cabo Jeoás

Subscritor: Vereadora Nina Souza

Assunto: Autoriza o Município de Natal a implantação e manutenção do Programa Defesa Civil na Escola "Conhecer para Prevenir" em todas as instituições de ensino no âmbito do Município de Natal, e dá outras providências.

1. RELATÓRIO:

O Projeto de Lei nº 134/15, de autoria do então Vereador Cabo Jeoás, subscrito pela Vereadora Nina Souza, baixou com vistas a esta Comissão em atendimento às normas regimentais que disciplinam o processo legislativo, estando sob a responsabilidade deste Relator.


Compulsando o presente caderno processual, observamos que seus principais documentos consistem em:

- Texto do Projeto de Lei, acompanhado da respectiva justificativa (fls. 01-07);
- Parecer favorável, aprovado pela Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final (fls. 09-10);
- Parecer favorável elaborado pelo Vereador Marcos Antônio (fl. 12);
- Parecer favorável ao projeto, aprovado pela Comissão de Finanças, Orçamento, Controle e Fiscalização (fls. 14-17).

É o que importa relatar.

Projeto de Lei
Número 139/15
Data 18

CMN - PROCESSO
Nº 40/2022
FOLHA: 19-A

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO, CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
Designa o Vereador Sueldo Medeiros
para emitir parecer no prazo regimental de 15 (quinze) dias.
Em, 26.08.19

Ver. Sueldo Medeiros
Presidente

2

3



CMN - PROCESSO
Nº 4017072
FOLHA 204

CMN - Processo de 1º
Voto 234115
Data 20/8

VEREADOR
**SUELDO
MEDEIROS**

CÂMARA MUNICIPAL DO NATAL GABINETE DO VEREADOR SUELDO MEDEIROS

Comissão de Educação, Cultura, Desporto, Ciência, Tecnologia e Inovação

2. FUNDAMENTAÇÃO:

Inicialmente, é de bom alvitre esclarecer que a presente análise se atém exclusivamente aos limites da área de atividade desta Comissão, em atendimento às normas aplicáveis à espécie. Nesse sentido, o relatório aqui apresentado pauta-se nos parâmetros assentados no art. 69-A, inciso I, do Regimento Interno da Câmara Municipal do Natal (RICMN), adiante reproduzidos:

Art. 69-A - A Comissão de Educação, Cultura, Desporto, Ciência, Tecnologia e Inovação tem as seguintes áreas de atividade:

I – opinar sobre todas as proposições e matérias relativas à educação, ensino e programas de merenda escolar;

Em síntese, o Projeto de Lei em exame visa autorizar o Município do Natal a implantar o Programa Defesa Civil na Escola “Conhecer para Prevenir” nas instituições de ensino, com o fito de preparar a comunidade escolar para o enfrentamento de situações emergenciais, bem como difundir informações e técnicas que possibilitem a prevenção de acidentes.

No que concerne ao tema, a Lei nº 12.608/2012, que Institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil, determina que compete também aos Municípios desenvolver programas de estímulo a comportamentos de prevenção capazes de evitar ou minimizar a ocorrência de desastres, inclusive em escolas situadas em áreas de risco. Vejamos:

Art. 9º Compete à União, aos Estados e aos Municípios:

I – desenvolver cultura nacional de prevenção de desastres, destinada ao desenvolvimento da consciência nacional acerca dos riscos de desastre no País;

II – estimular comportamentos de prevenção capazes de evitar ou minimizar a ocorrência de desastres;

III – estimular a reorganização do setor produtivo e a reestruturação econômica das áreas atingidas por desastres;

IV – estabelecer medidas preventivas de segurança contra desastres em escolas e hospitais situados em áreas de risco;

V – oferecer capacitação de recursos humanos para as ações de proteção e defesa civil; e

VI – fornecer dados e informações para o sistema nacional de informações e monitoramento de desastres.



CMN - PROCESSO
Nº 1619077
FOLHA 204

Projeto de Lei
134/15
21/10
VEREADOR
SUELDO MEDEIROS

CÂMARA MUNICIPAL DO NATAL
GABINETE DO VEREADOR SUELDO MEDEIROS
Comissão de Educação, Cultura, Desporto, Ciência, Tecnologia e
Inovação


Nesse contexto, a proposta em tela está em total consonância com o citado dispositivo, uma vez que autoriza a implantação, nas escolas de Natal, de programa que irá preparar seus integrantes para adotarem comportamentos adequados em situações de desastres, de maneira a minimizar seus danos, além de orientar nas condutas de prevenção a acidentes, fazendo com que os estudantes se sintam parceiros da defesa civil.

3. CONCLUSÃO:

Pelo exposto, opino pela **APROVAÇÃO** do Projeto de Lei n.º 00134/15.

Natal/RN, 17 de outubro de 2019.


SUELDO MEDEIROS
Vereador-Relator

COMISSÃO TÉCNICA
Recebido em 19/10/19


2

3

CMN - Projeto de Lei
Número: 134/15
Folha: 33/47



Câmara Municipal de Natal

A casa do povo. A sua casa.

CMN - PROCESSO
Nº 40/2022
FOLHA: 22/24

Projeto de Lei Nº 134/15

Autor: Ver(a). Cabo Jeoás/Nina Souza

DESPACHO

Encaminho os autos ao Departamento Legislativo, informando que o mesmo teve seu fim de Trâmite, estando apto ao Plenário.

Natal, 05 de Março de 2020.

Dival da Silveira

Chefe do Setor de Apoio às Comissões Técnicas
Mat. 5409950

CMN PROCESSO
Nº 40/2022
FOLHA: 22



CÂMARA MUNICIPAL DO NATAL
PALÁCIO PADRE MIGUELINHO
MESA DIRETORA

CERTIDÃO

CERTIFICO e dou fé que, na data de hoje, a presente proposição foi apreciada em Plenário, obtendo o seguinte resultado:

Proposição:

- ☒ Projeto de Lei 134/25
☐ Projeto de Lei Complementar
☐ Projeto de Resolução
☐ Projeto de Decreto Legislativo

- ☐ Projeto de Emenda à Lei Orgânica
☐ Processo
☐ Emenda
☐ Outro: _____

Resultado da Votação:

- ☒ Aprovado em 1ª Discussão
☐ Aprovado em 2ª Discussão
☐ Aprovado em Votação Única
☐ Aprovado em Regime de Urgência –
Dispensa de Interstício

- ☐ Aprovado o Parecer da CCJ
☐ Rejeitado o Parecer da CCJ
☐ Mantido o Veto
☐ Rejeitado o Veto
☐ Retirado ☐ Adiado ☐ Prejudicado

OBS:

Quórum:

- ☐ Maioria Simples ☐ Maioria Absoluta ☐ Maioria Qualificada ☒ Unânime

Natal, 16 de maio de 2022


Presidente



CMN - PROCESSO
Nº 40/2022
FOLHA: 234

CÂMARA MUNICIPAL DO NATAL
PALÁCIO PADRE MIGUELINHO
MESA DIRETORA

CERTIDÃO

CERTIFICO e dou fé que, na data de hoje, a presente proposição foi apreciada em Plenário, obtendo o seguinte resultado:

Proposição:

- ☒ Projeto de Lei 134/15
☐ Projeto de Lei Complementar
☐ Projeto de Resolução
☐ Projeto de Decreto Legislativo

- ☐ Projeto de Emenda à Lei Orgânica
☐ Processo
☐ Emenda
☐ Outro: _____

Resultado da Votação:

- ☐ Aprovado em 1ª Discussão
☒ Aprovado em 2ª Discussão
☐ Aprovado em Votação Única
☐ Aprovado em Regime de Urgência –
Dispensa de Interstício

- ☐ Aprovado o Parecer da CCJ
☐ Rejeitado o Parecer da CCJ
☐ Mantido o Veto
☐ Rejeitado o Veto
☐ Retirado ☐ Adiado ☐ Prejudicado

OBS:

Quórum:

- ☐ Maioria Simples ☐ Maioria Absoluta ☐ Maioria Qualificada ☒ Unânime

Natal, 17 de março de 2022

Presidente

2

3



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CÂMARA MUNICIPAL DE NATAL
PALÁCIO PADRE MIGUELINHO

RECEBIDO

Recebido em: 07/04/2022

Por

Aécio Tavares de Sousa
Mat. nº 04.979-4

CMN - PROCESSO
Nº 40/2022
FOLHA: 2/2

OFÍCIO Nº 0046/2022-RF

Natal, 30 de março de 2022.

Excelentíssimo Senhor
DOUTOR ÁLVARO DA COSTA DIAS
Prefeito da Capital
N e s t a.

Assunto: Encaminhando a Redação Final do Projeto de Lei nº 134/2015, de autoria do Ex Vereador Cabo Jeoás, subscrito pela vereadora Nina Souza.

Senhor Prefeito,

Cumpre-me encaminhar a Vossa Excelência a Redação Final do **Projeto de Lei nº 134/2015**, aprovado em sessão plenária realizada no dia 17 de março deste ano, que "Autoriza o Município de Natal à implantação e manutenção do programa Defesa Civil na Escola "conhecer para prevenir", em todas as instituições de ensino no âmbito do município de Natal, e dá outras providências".

Respeitosamente,

VEREADOR PAULINHO FREIRE
PRESIDENTE

2

3

PL 134/15

AUTOR: CABO JOÃO / NINA RIBEIRO
EPICUS. 46/22

Palácio "FELIPE CAMARÃO" em Natal

de de

PREFEITO



LEI Nº _____

Autoriza o Município de Natal à implantação e manutenção do programa Defesa Civil na Escola "conhecer para prevenir", em todas as instituições de ensino no âmbito do município de Natal, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DO NATAL,

FAÇO SABER que a Câmara Municipal do Natal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES INICIAIS

Art. 1º Fica o município de Natal autorizado, na forma estabelecida nesta Lei, a realizar a implantação do programa Defesa Civil na Escola "conhecer para prevenir", nas instituições de ensino no âmbito do município de Natal, a ser coordenado, gerenciado e articulado pela Coordenadoria Municipal de Defesa Civil e realizado em ação conjunta com a Secretaria de Defesa Social do Município de Natal – SEMDES, e com a Secretaria de Educação – SME, dentre outras interessadas, priorizando as unidades de ensino público localizadas em áreas de risco em Natal.

Art. 2º O Programa Defesa Civil na Escola "conhecer para prevenir" se destina a preparar a comunidade escolar das instituições de ensino no âmbito do município de Natal para o enfrentamento de situações de emergência, incluído no currículo e calendário escolar aulas e capacitações em temas afetos ao referido programa, com o objetivo de promover a mudança cultural por meio da educação, reduzir e minimizar o número de incidentes e riscos de desastres, bem como de vítimas e danos nestas situações de crise. Além de fomentar a cultura de prevenção e responsabilidade social e coletiva de cada indivíduo.

Parágrafo único. As medidas previstas no caput deste artigo poderão ser adotadas com a colaboração de entidades públicas ou privadas e da sociedade em geral.

Art. 3º O programa Defesa Civil na Escola "conhecer para prevenir" tem por objetivos:

I – Difundir informações e técnicas que possibilitem a prevenção dos acidentes e atuação quando dos eventos naturais, humanos e mistos;

II – Divulgação de técnicas de prevenção e segurança coletiva preparando as pessoas para comportamentos adequados e preventivos no enfrentamento de desastres, sendo este um dos principais problemas que a proteção e Defesa Civil enfrenta diariamente;

III – Incentivar que temas afetos à Proteção e Defesa Civil sejam divulgados desde a Educação Infantil até o Ensino Superior, oportunizando a construção desse conhecimento e a consequente mudança cultural focada na prevenção, minimização e gestão de riscos e desastres.

IV – Promover a mudança cultural, para que toda a população tenha conhecimento das orientações preventivas a proteção e Defesa Civil, promovendo, definindo e reconhecendo alertas e alarmes;

V – Adequação dos procedimentos e nomenclaturas inerentes a proteção e Defesa Civil, objetivando atender a Lei Federal nº 12.608, de 10 de abril de 2012.

CAPÍTULO II AÇÕES DO PROGRAMA

Art.4º O programa de que trata esta Lei desenvolverá ações que visam:

I – Prestar orientações educativas à prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação em proteção à comunidade local, frente a quaisquer incidentes ou desastres que venha a enfrentar;

II – Preparar os funcionários dos estabelecimentos de ensino em âmbito municipal, para garantir o enfrentamento de crises de forma capacitada e ordenada nos ambientes educacionais abrangidos por esta legislação.

III – Oportunizar o acesso aos fundamentos da doutrina da Proteção e Defesa Civil por meio de atividades pedagógicas coordenadas pela Coordenadoria Municipal de Defesa Civil de Natal, e realizadas em ação conjunta com o Sistema



Municipal de Proteção e Defesa Civil de Natal, disseminando os princípios de segurança nos estabelecimentos de ensino em Natal, estendido aos mais diversos ambientes, tais como residências, ruas, parques, shoppings e outro locais de concentração de pessoas.

IV – Assessoramento à implementação de Planos de Preparação para Emergências Locais, nos estabelecimentos de ensino em Natal.

V – Integrar as atividades do Programa Defesa Civil na Escola "conhecer para prevenir", os demais programas de Defesa Civil, aos Conselhos Municipais de Educação e da Defesa Civil, e a sociedade.

CAPÍTULO III **DA COORDENAÇÃO E EXECUÇÃO DO PROGRAMA**

Art. 5º A coordenação e execução do Programa Defesa Civil na Escola "conhecer para prevenir", será realizada por representantes da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil do Município de Natal – COMPDEC, Secretarias Municipais da Defesa Social e da Educação, assim organizados:

I – Grupo Gestor;

II – Equipe Gestora Regional;

III – Equipes de Brigada de Emergência Local.

§ 1º A função de Coordenador do Programa Defesa Civil na Escola "conhecer para prevenir", será exercida por servidor público ocupante do mesmo cargo de Coordenador designados por cada uma das Secretarias responsáveis pelo Programa.

§ 2º As demais disposições e normas de funcionamento do Programa serão regulamentadas por Decreto.

CAPÍTULO IV **GLOSSÁRIO**

Art. 6º Para os fins desta lei, baseada na Política Nacional de Proteção e Defesa Civil, expressa na Lei Federal nº 12.608, de 10 de abril de 2012, do Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil - CONPDEC, e no Decreto Federal nº 7.257, de 4 de Agosto de 2010, entenda-se como:

I – Defesa Civil: conjunto de ações preventivas, de socorro, assistenciais e recuperativas destinadas a evitar desastres e minimizar seus impactos para a população e restabelecer a normalidade social;

2

3



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CÂMARA MUNICIPAL DE NATAL
PALÁCIO PADRE MIGUELINHO

CMN - PROCESSO
Nº 110/2022
FOLHA 2 de 2

II – Desastre: resultado de eventos adversos, naturais ou provocados pelo homem sobre um ecossistema vulnerável, causando danos humanos, materiais ou ambientais e consequente prejuízos econômicos e sociais;

III – Áreas de risco: área passível de ser atingida por processos naturais e/ou antrópicos que causem efeitos adversos, situada em vertentes e em torno destas, áreas suscetíveis de inundação e/ou alagamento, baixios topográficos, faixas de domínio de linhas ferroviárias, faixas de servidão de linhas de transmissão de energia elétrica de alta tensão, áreas sobre linhas de canalização de gás, flancos dunares e adjacências, encostas e áreas com instabilidade sujeitas a desabamentos e/ou soterramentos.

IV – Planos de Preparação de Emergência Local (PPEL): ações criadas e promovidas pela Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil do Município de Natal e promovem o envolvimento entre os entes públicos, iniciativa privada e a comunidade no planejamento conjunto e na execução Coordenada de medidas locais de prevenção, preparação, resposta e recuperação frente às diferentes hipóteses de ocorrência de incidentes e desastres, com vistas à preservação de vidas, do meio ambiente do patrimônio em geral.

CAPÍTULO V

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 7º A COMPDEC NATAL manterá estreito intercâmbio com os órgãos congêneres federais, estaduais e municipais, públicos e privados, objetivando receber e fornecer subsídios técnicos relativos à proteção e defesa civil para o programa.

Art. 8º Os titulares das funções previstas nesta lei deverão indicar suplentes para responderem por suas atividades em casos de ausência ou impedimentos.

Parágrafo Único. Nos casos de impedimento definitivo, ou desligamento da estrutura, o suplente assumirá a função do respectivo titular até habilitação de novo representante.

Art. 9º Os servidores que compõem o Grupo Gestor e a Equipe Gestora Regional, exercerão as atividades definidas nesta lei, sem prejuízo das funções que ocupam originalmente em seus locais de trabalho, salvo necessidade comprovada e por determinação do titular das Secretarias.

Parágrafo Único. A colaboração dos servidores que compõem o Grupo Gestor e a Equipe Gestora Regional será considerada como prestação de serviço relevante e registrada na ficha funcional do servidor.

Art. 10 As pessoas jurídicas ou físicas que decidirem prestar serviço voluntário ao programa, deverão firmar o respectivo termo de adesão específico, em consonância com a Lei Federal nº 9.608, de 18 de fevereiro de 1998.

Art.11 Fica instituído o símbolo do Programa Defesa Civil na Escola "conhecer para prevenir", a ser empregado em seus documentos e em todas as suas ações, conforme descrição no Anexo I desta lei.

Parágrafo Único. O símbolo do Programa Defesa Civil na Escola "conhecer para prevenir", somente poderá ser utilizado por terceiros mediante autorização expressa da Coordenação do programa.

Art. 12 Esta lei será regulamentada no prazo de 180(cento e oitenta) dias, contado da data de sua publicação.

Art. 13 Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em Natal, 17 de março de 2022.

Paulinho Freire

- Presidente

Felipe Alves

- Primeiro Secretário

Aroldo Alves

- Segundo Secretário



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

CÂMARA MUNICIPAL DO NATAL

PALÁCIO PADRE MIGUELINHO

DEPARTAMENTO LEGISLATIVO

PROCESSO	40/2022
INTERESSADO	Chefe do Executivo

CERTIDÃO

Este departamento legislativo certifica o recebimento da Mensagem nº 051/2022, do Chefe do Executivo, em 29 de abril de 2022, que trata do **VETO INTEGRAL ao Projeto de Lei nº 134/2015**.

Cumpre trazer que o Ofício nº 0046/2022 - emitido pela Câmara Municipal de Natal e, adiante, recebido pelo Poder Executivo Municipal em 07/04/2022 - trata de remessa da Redação Final do PL nº 134/2015, aprovado em Plenário desta Casa Legislativa.

No que se refere ao prazo para apreciação pelo Prefeito, para vetar a matéria, estabelece a Lei Orgânica Municipal:

"Art. 43 – *Omissis*.

§1º - Considerando o projeto, total ou parcialmente, inconstitucional ou contrário ao interesse público, o Prefeito pode vetá-lo no **prazo de quinze dias úteis**, contados de seu recebimento, comunicando o veto ao Presidente da Câmara Municipal, dentro de quarenta e oito horas, com os motivos do ato."

Sendo assim, a interpretação devida do dispositivo acima transcrito faz saber que, a contar-se da ciência da matéria aprovada pelo Poder Legislativo Municipal, o prazo para informar sua intenção de vetar é de 15 (quinze) dias úteis, estando suas razões, ato contínuo, incluídas no prazo subsequente de quarenta e oito horas.

O veto em questão, acompanhado de suas razões, foi recebido nesta Casa em 29 de abril de 2022.

posto, tem-se que o Chefe do Poder Executivo Municipal apresentou o referido veto, **dentro do prazo legal**, conforme detalhamento a seguir:

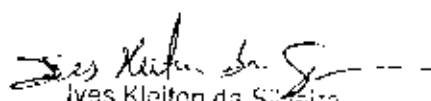
08/04/2022	sexta-feira	01º dia útil da contagem
09/04/2022	Sábado	Dia não útil
10/04/2022	Domingo	Dia não útil
11/04/2022	segunda-feira	02º dia útil da contagem
12/04/2022	terça-feira	03º dia útil da contagem
13/04/2022	quarta-feira	04º dia útil da contagem
14/04/2022	quinta-feira	Dia não útil (PONTO FACULTATIVO)
15/04/2022	sexta-feira	Dia não útil (Sexta-feira Santa)
16/04/2022	Sábado	Dia não útil
17/04/2022	Domingo	Dia não útil
18/04/2022	segunda-feira	05º dia útil da contagem
19/04/2022	terça-feira	06º dia útil da contagem
20/04/2022	quarta-feira	07º dia útil da contagem
21/04/2022	quinta-feira	Dia não útil (DIA DE TIRADENTES)
22/04/2022	sexta-feira	Dia não útil (PONTO FACULTATIVO)
23/04/2022	Sábado	Dia não útil
24/04/2022	Domingo	Dia não útil
25/04/2022	segunda-feira	08º dia útil da contagem
26/04/2022	terça-feira	09º dia útil da contagem
27/04/2022	quarta-feira	10º dia útil da contagem
28/04/2022	quinta-feira	11º dia útil da contagem
29/04/2022	sexta-feira	12º dia útil da contagem
30/04/2022	Sábado	Dia não útil
01/05/2022	Domingo	Dia não útil
02/05/2022	segunda-feira	13º dia útil da contagem
03/05/2022	terça-feira	14º dia útil da contagem
04/05/2022	quarta-feira	15º dia útil da contagem

Pelos motivos ora expostos, este Departamento Legislativo **CERTIFICA a tempestividade do veto** apresentado pelo Chefe do Poder Executivo Municipal.

Sem mais e, desde já, à disposição para eventuais esclarecimentos, é o que importa trazer.

Natal, 04 de maio de 2022

João Pedro Palhares Lima
João Pedro Palhares Lima
 Estagiário


 Ives Kleiton da Silveira
 Coordenador de Assuntos
 Legislativos e Normativos
 Matrícula: 5413421

CMN - PROCESSO

Número:


Folhas:

040/2022
29 - 80

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL

DESIGNO O VEREADOR (A) Klaus Jorgensen

PARA EMITIR PARECER NO PRAZO REGIMENTAL DE 15 (QUINZE) DIAS
INICIANDO EM 05/05/22


VER^a. NINA SOUZA
PRESIDENTE

2

3

Palácio Padre Miguelinho
Gabinete do Vereador Klaus Araújo
Rua Jundiá, 546-Tirol
Tel.: (84) 3232-9395

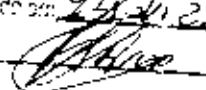
Processo n.º 040/2022

Autor: Chefe do Executivo

Relator: Klaus Araújo

PARECER

Da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final – CLJRF, sobre o Processo n.º 040/2022 que dispõe sobre o “*VETO INTEGRAL ao Projeto de Lei n.º 134/2015, de autoria do Vereador Cabo Jeoás, que “Autoriza o Município de Natal à implementação e manutenção do programa Defesa Civil na Escola ‘conhecer para prevenir’, em todas as instituições de ensino no âmbito municipal de Natal, e dá outras providências”*”, [...], conforme mensagem n.º 051/2022.

COPIA DESEMPENHADA
Prestada em 25/01/22


RELATÓRIO

Trata-se de Veto Integral ao Projeto de Lei n.º 134/2015, de autoria do Vereador Cabo Jeoás que “*autoriza o Município de Natal à implementação e manutenção do programa Defesa Civil na Escola ‘conhecer para prevenir’, em todas as instituições de ensino no âmbito municipal de Natal, e dá outras providências*”, [...], conforme mensagem n.º 051/2022.

Em sua análise, o Chefe do Executivo veta integralmente o Projeto em epígrafe por entender que trata-se de matéria de competência legislativa exclusiva do Poder Executivo, com base no Art. 55, inciso VI, XI e XXIV da Lei Orgânica do Município.

Aduz ainda que o Projeto de Lei fere a separação de Poderes, prevista pelo Art. 60, §4º, inciso III, da Constituição Federal e cita jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça no sentido da inconstitucionalidade de Projeto de Lei ou

Palácio Padre Miguelinho
Gabinete do Vereador Klaus Araújo
Rua Jundiá, 546-Tirol
Tel.: (84) 3232-9395

Emenda que enseje em aumento de despesa para o Executivo, sem a devida autorização constitucional, conforme preleciona o **Art. 166, §3º, da CF/88**, embasando-se também no fundamento de que não foi observada a existência de dotação orçamentária para realização do feito, com a devida indicação da fonte de custeio que irá suportar a despesa, entrando em acordo com a **EC 95/2016**, a **PEC do teto de gastos**.

Ao receber os autos, o Departamento Legislativo certificou a tempestividade da apresentação do veto.

É o breve relato.

FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA

Compulsando os autos, observamos que o **Projeto de Lei nº 134/2015**, que "*autoriza o Município de Natal à implementação e manutenção do programa Defesa Civil na Escola 'conhecer para prevenir', em todas as instituições de ensino no âmbito municipal de Natal, e dá outras providências*", encontra-se carente de vícios insanáveis de inconstitucionalidade e ilegalidade, pelos motivos que expomos adiante.

O veto do Excelentíssimo Prefeito, como vimos, se deu pelo fato de tratar-se de matéria de competência legislativa exclusiva do Poder Executivo, com base no **Art. 55, inciso VI, XI e XXIV da Lei Orgânica do Município**, qual seja legislar sobre organização e funcionamento de órgão da administração municipal, planejar e promover execução do serviço público municipal.

Mas, além da questão da competência, existe ainda o fato de que o projeto de lei impactará negativamente nesta municipalidade, por ausência de dotação orçamentária, uma vez que não observou a lei de Responsabilidade Fiscal, e que no âmbito do Município já existe programas de conscientização, prevenção e enfrentamento em situações de emergência que envolve a Defesa Civil nas escolas.



CMN - PROCESSO
Número: 40/2022
Folhas: 322

Câmara Municipal de Natal
Natal, RN

Palácio Padre Miguelinho
Gabinete do Vereador Klaus Araújo
Rua Jundiá, 546-Tirol
Tel.: (84) 3232-9395

Por fim, denota-se também que tal matéria é inconstitucional, por afrontar o disposto na Constituição Federal.

Assim, podemos verificar que, de fato, o Veto do Chefe do Executivo tem embasamento na nossa Carta Magna e na Lei Orgânica do Município e merece prosperar.

CONCLUSÃO:

Diante de todo o exposto, opino pela **MANUTENÇÃO DO VETO**, sem que este Parecer vincule à sua aprovação.

Natal, 13 de maio de 2022.

Klaus Araújo
Vereador-SD

1

2

3

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CÂMARA MUNICIPAL DE NATAL
PALÁCIO PADRE MIGUELINHO

C. M. NATAL
PROCESSO Nº 401/2022
FOLHA Nº 33

PARECER DA COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL

() PROJETO DE LEI () RESOLUÇÃO () DECRETO LEGISLATIVO
() EMENDA À L.O.M. () VETO () PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR
(X) PROCESSO () EMENDA

Nº 0401/2022.

Autor(a) Vereador(a): _____

Chefe do Executivo: (X)

Relator(a) Vereador(a): Klaus Araújo

VOTO DE DIVERGÊNCIA: _____

RESULTADO DA DIVERGÊNCIA: _____

VOTO DO RELATOR: manutenção do Veto

Sala das Comissões, em 20 de fevereiro de 2022.

Vereadora Nina Souza
Presidente

() Favorável ao Parecer
() Contrário ao Parecer
() Abstenção

Vereadora Camila Araújo
Vice-Presidente

(X) Favorável ao Parecer
() Contrário ao Parecer
() Abstenção

Vereador Alfo Clemente
Membro

(X) Favorável ao Parecer
() Contrário ao Parecer
() Abstenção

Vereadora Ana Paula
Membro

(X) Favorável ao Parecer
() Contrário ao Parecer
() Abstenção

Vereador Klaus Araújo
Membro

(X) Favorável ao Parecer
() Contrário ao Parecer
() Abstenção

Vereador Kleber Fernandes
Membro

() Favorável ao Parecer
() Contrário ao Parecer
() Abstenção

Vereador Paulo Aquino
Membro

(X) Favorável ao Parecer
() Contrário ao Parecer
() Abstenção

‘

‘



Câmara Municipal de Natal

A casa do povo - A sua casa

PROCESSO: Nº 040/2022

INTERESSADO: Chefe do Executivo

DESPACHO

Encaminho os autos ao Departamento Legislativo, informando que o mesmo teve seu **Fim Trâmite**, apto ao Plenário.

Natal, 20 de Junho de 2022.


Ana Maria L. Batista Falcão
Assessor Técnico Legislativo
Mat. 1205-3

amibf

‘

’